



Henrique
Miguel Nunes de Mendes Gabriel
Joaquim Marques

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 13/94

4ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1994

14 de Julho de 1994

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Anibal Ramos, Maria Helena Nogueira, Catolino Pinto, Rui Filipe Casimiro, João Vieira, Joel Monteiro e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Debate sobre o Hospital Professor Dr. Fernando da Fonseca (Hospital Amadora-Sintra).

O Sr. Presidente da Assembleia informou que esta Sessão é Extraordinária e se destina exclusivamente a um debate com o Sr. Professor Rafael Ferreira, Presidente da Comissão Instaladora do Hospital da Amadora-Sintra, que teve a gentileza de vir a esta Sessão dialogar com os membros da Assembleia e fazer uma exposição sobre o que se passa, realmente com o Hospital. De seguida disse que o Hospital é bastante falado nesta Assembleia com perguntas que, em geral, não obtêm resposta ou pelo menos resposta satisfatória e o que sobressai sobre essas intervenções é algum desconhecimento sobre o que se passa com o Hospital, não o que se passa fisicamente, mas com o seu futuro. Seguidamente agradeceu ao Sr. Professor Rafael Ferreira a disponibilidade notável com que se prontificou a vir aqui esta noite e espera que a Assembleia fique esclarecida e também que este esclarecimento vai, certamente, ser útil para o futuro dos trabalhos. Disse ainda que, por consenso da Comissão Permanente, com o acordo da Mesa da Assembleia, se decidiu dispensar o Período de Antes da Ordem de Trabalhos, mas que gostaria de propôr uma excepção a esta decisão, devido à urgência de uma moção, sobre a Indonésia, que ele próprio deseja apresentar e desejaria que fosse votada e ainda que a Assembleia decidirá, depois da sua leitura, admiti-la e votá-la e também que o Sr.

1º. Secretário a vai subscrever por seu pedido expresso. De seguida leu a moção e após esta leitura pô-la a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 membros presentes. Não havendo intervenções na sua discussão, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 28 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público nesta Sessão.

IV - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Debate sobre o Hospital Professor Dr. Fernando da Fonseca (Hospital Amadora-Sintra).

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Sr. Prof. Rafael Ferreira para que fizesse a exposição sobre o Hospital. De seguida o Sr. Prof. Rafael Ferreira interveio para fazer a exposição, dizendo que agradece o convite que lhe foi formulado e depois falou sobre o Hospital de Amadora-Sintra dizendo que o Hospital está destinado a servir as populações da Amadora e Sintra e que quando foi criado em 1987 estava previsto que iriam apenas assistir a população da Amadora e das Freguesias Orientais do Concelho de Sintra, o que corresponde a uma população de 350 mil pessoas, pelo que ficavam de fora as zonas de Algueirão, Mem-Martins, Sintra e todas as Freguesias rurais do Concelho de Sintra. Disse ainda que a reorganização se deu nos Serviços de Saúde nos últimos dois anos, nomeadamente, a criação das grandes Administrações de Saúde e da Administração Regional de Saúde de Lisboa que levou a reconsiderar este problema e a definir como área de intervenção, do Hospital, todo o Concelho de Sintra além do da Amadora, o que faz subir a população assistida pelo Hospital para 505 mil pessoas, o que significa que foi um aumento de cerca de 50%; que o Hospital tem um número aproximado de 600 camas; que o custo estimado é de 15 milhões de contos; que tem um Quadro de Pessoal de 1.700 pessoas, das quais cerca de metade são médicos e enfermeiros; que se pensa que terá uma população diária de cerca de 5.000 pessoas; que os doentes tratados no internamento serão cerca de 20 mil por ano, cerca de 180 mil consultas ex-



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ternas, cerca de 100 mil urgências, pensando que este número de urgências vai subir significativamente entre 130 e 150 mil; 6.500 intervenções cirúrgicas; 3.500 partos, que provavelmente subirão para 5.000 com a nova área definida; 120 mil exames radiológicos, 1.800 mil análises clínicas e 6.000 transfusões de sangue e ainda que são apenas números que dão ideia alguma ideia da magnitude do Hospital. Seguidamente disse que o Hospital está integrado na unidade de Saúde D da Administração Regional de Saúde de Lisboa e que provavelmente irá assumir a designação de Unidade de Saúde "Amadora-Sintra" o que significa que está ligado a todos os Centros de Saúde que assistem aos doentes naquilo a que, até há pouco tempo, se designavam como Cuidados Primários de Saúde; que a rentabilização do Hospital depende fundamentalmente da convergência de três aspectos muito importantes, que são, a existência de recursos técnicos, isto é, a existência de equipamento moderno capaz de facultar aos doentes o tratamento de que têm necessidade e a que têm direito, a existência de recursos humanos capazes de rentabilizar os recursos técnicos e por fim a convergência de recursos financeiros indispensáveis; que o Hospital em vez de funcionar em Serviços, funciona em grandes Departamentos que são áreas que envolvem um conjunto de serviços ou de unidades muitas vezes não diferenciadas em serviços e que permitem uma gestão mais correcta dos recursos técnicos, dos humanos e dos financeiros; que no Hospital vai haver um departamento de medicina com 214 camas, um de cirurgia que envolve também a ortopedia, a traumatologia e as especialidades cirúrgicas com 210 camas, o da mulher e da criança que envolve obstetrícia, ginecologia e pediatria com 180 camas, uma da dor e da emergência, que envolve o serviço de anestesia e reanimação, a terapêutica da dor, a urgência externa e os cuidados intensivos polivalentes com 43 camas, o do ambulatório que é o que lida directamente com os doentes que vêm à consulta externa, cirurgia ambulatória e ao Hospital de dia, estendendo-se a dois pontos que não habituais aos Hospitais e que são, a existência do hospital do dia, isto é, são os doentes com doenças malignas que necessitam de fazer determinados tratamentos especiais, mas que não necessitam de ficar internados, o Hospital do dia psiquiátrico e a cirurgia ambulatória; que haverá uma área de quartos particulares que poderá ter 24 ou 36 camas, conforme a utilização que se fizer, a radiologia que envolve as radiografias e ecografias, o serviço de sangue, a anatomia patológica a medicina nuclear e uma área de exames especiais, que é uma área onde estão concentrados recursos técnicos muito importantes e muito modernos com 30 e tal salas, onde são feitos exames, não só para doentes internados, mas também os do ambulatório, nomeadamente doentes enviados pelos Centros de Saú-

de, através dos seus médicos de família e que grande parte dos exames poderão, por meio de protocolos que vão ser estabelecidos entre o Hospital e os Centros de Saúde, passar as ser efectuados no Hospital; que o Hospital não é um Hospital Central Universitário, pelo que há certas valências muito especializadas que não existem neste, mas que os doentes serão referenciados para outros Hospitais que têm essas valências e com os quais vão ser feitos protocolos; que o número de médicos dos Centros de Saúde da Amadora é de 120 e dos de Sintra é de 154 e do Hospital são cerca de 230 o que significa que vão haver cerca de 530 médicos para assistir à população; que o número de enfermeiros é de cerca de 800, sendo 98 dos Centros de Saúde da Amadora, 137 do Concelho de Sintra e 612 do Hospital o que significa que vão haver cerca de 847 enfermeiros; que os médicos de família são o garante da saúde de todos os cidadãos e que todo o doente quando vai ao Hospital é através do seu médico de família, excepto quando existe uma emergência; que o Hospital vai ser informatizado, de maneira a que possa haver uma comunicação e uma informação fácil e rápida entre o Hospital e os Centros de Saúde; que a marcação das consultas no Hospital é feita através dos Centros de Saúde, pelo que o doente não tem de se deslocar ao Hospital para marcar a consulta e que existirá uma quota que o Hospital atribuirá aos Centros de Saúde e que serão manejadas pelos Centros de Saúde; que a prioridade do Hospital é para atender os doentes dos Concelhos da Amadora e Sintra; que o equipamento do Hospital custou cerca de 3 milhões de contos e que, ele como Director do Hospital, se lhe dessem 4 ou 4,5 milhões de contos saberia onde o deveria gastar e, para terminar, disse que a abertura do Hospital está prevista para o final deste ano e que será feita de uma forma fazeada até Março de 1995 e também que se encontra disponível para responder às questões que lhe forem colocadas. De seguida o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a exposição feita pelo Sr. Prof. Rafael Ferreira, dizendo que foi bastante explícita e de seguida perguntou se já estão orçamentados os custos de funcionamento do Hospital, sendo-lhe respondido que cada cama do Hospital vai ficar por volta de 3.000 contos por ano, o que significa que o Orçamento deve andar à volta de 8 milhões de contos o que significa que o Orçamento anual do Hospital é cerca de metade do custo do mesmo. Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto, tendo-se inscrito os Srs. Carlos Reis, Vitor Andrade, Pedro Cordeiro, Manuel Jerónimo, António Filipe, Maria Luisa Jubilado, Tremoço de Brito e José Pedro Félix.



Albuquerque
Albuquerque
João

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Sr. Carlos Reis, na sua intervenção, perguntou como é que se vai procurar a prevenção e tratamento hospitalar dos doentes da Sida na Amadora.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que neste momento há três Hospitais especializados que têm internamento para doentes com Sida e que são os Hospitais Curry Cabral, Egas Moniz e Santa Maria e que qualquer deles está superlotado.

O Sr. Vitor Andrade interveio para perguntar se os doentes que estão a ser assistidos nos três Hospitais serão transferidos para o Hospital "Amadora-Sintra" ou continuarão a ser ali assistidos; as valências que foram criadas para o Hospital, dizendo que nestas não estão incluídas a neurologia e a psiquiatria, pelo que pergunta se se prevê, eventualmente, virem a ser abarcadas outras especialidades, nomeadamente, as infecto-contagiosas e a pneumotisiologia; a nefrologia, perguntando se vai ser incluída neste Hospital e por fim que, quando falou nos Centros de Saúde da Venda Nova e Reboleira se estava a referir também às suas extensões da Brandoa e Damaia.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que vai ser construído um Hospital em Chelas que tem cerca de 800 camas e tem mais valências do que o da Amadora-Sintra; que o Hospital tem praticamente todas as valências; que já existe um plano para alargamento de certas valências, sendo uma delas a criação de Hemodiálise e que está prevista uma Unidade de Pneumologia que integra também a Fisioterapia e ainda que estão previstas cerca de 30 camas para esta unidade.

O Sr. Pedro Cordeiro interveio para falar sobre o regime jurídico que parece que está a ser implementado ao novo Hospital, dizendo que pensa que se tratará de um regime de concessão e atendendo à lotação do O.G.E. há uma questão que lhe parece da maior relevância, que é a questão das aquisições de bens e serviços de uso corrente que uma unidade hospitalar desta envergadura irá ter naturalmente que fazer, pelo que pergunta se todos esses bens e todos esses serviços virão a estar submetidos a um regime de concurso público ou se serão adquiridos por ajuste directo; os lixos do Hospital, dizendo que uma unidade destas produz, por dia, toneladas de lixos, que são os lixos menos perigosos e os infectados, altamente perigosos, pelo que pergunta qual o sistema que se está a prever, por um lado no que diz respeito à sua recolha e por outro ao destino final desses lixos, uma vez que terão de ter algum destino depois de recolhidos e por fim sobre a cobrança de taxas aos utentes do Hospital, perguntando se serão cobradas taxas distintas das que são cobradas nas unidades Hospitalares do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que as infraestruturas do Hospital e o apoio logístico precisam de funcionar, mas que não correspondem à vocação do Hospital, como tal, isto é, tem de ter limpezas, lavar roupa, dar comida aos doentes e funcionários, tem de ter segurança, etc., pelo que a experiências, durante os últimos 10 anos, tem vindo a mostrar o benefício que resulta de todo este tipo de bens e serviços não serem directamente geridos por alguns Hospitais, pelo que estes são entregues, por meio de concurso, a empresas exteriores, mas que no caso da Amadora-Sintra, por já estarem construídas as diversas instalações, o que está a fazer é atribuir, através de concurso público, a exploração de todos esses sectores a empresas privadas e que o único sector que não vai ser atribuído a empresas privadas é a Casa Mortuária do Hospital; os lixos hospitalares, dizendo que a incineradora já está a funcionar desde os finais de Abril, princípio de Maio, a queimar lixos hospitalares de vários Hospitais da Zona de Lisboa e que 70% dos lixos hospitalares são lixos infectados, pelo que têm de ser incinerados e os outros 30% não são incinerados e serão levados, tal como o lixo urbano e por fim sobre as taxas a cobrar aos utentes, dizendo que pensa que se está a referir às taxas moderadoras e, se se está a referir a estas, estas são as taxas a cobrar, tal como a legislação o permite e não prevê que possa haver outras taxas.

O Sr. Pedro Cordeiro voltou a intervir para dizer que relativamente à primeira questão, o Sr. Professor orientou a sua resposta, basicamente, tendo em conta a prestação de serviços ditos não-relacionados com a acção médica, lavandarias, cantinas, etc., mas que não era propriamente nesse aspecto que gostaria de ser, enfim, respondido, mas sim aos imensos produtos a consumir, tais como, medicamentos, etc., que o Hospital vai utilizar na sua actividade normal, pelo que pergunta se em relação a estes produtos, que são de utilização diária e em elevadas quantidades, a sua aquisição se fará através de concursos públicos ou através de ajuste directo.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que os concursos estão todos a decorrer neste momento e que há muito material necessário ao Hospital que já está, neste momento, ajustado.

O Sr. Manuel Jerónimo interveio para perguntar se há alguma perspectiva na parte que diz respeito à gerontologia de funcionar no Hospital e por fim sobre as taxas, perguntando se para os utentes de selo verde são gratuitas, tal como se processa em todos os Hospitais do País.



Manuel...
Luís...
José...

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que as regras por que se rege a assistência do Serviço Nacional de Saúde são as deste Hospital, pelo que as taxas são gratuitas independentemente da sua gestão e por fim sobre a gerontologia, dizendo que há Instituições de Solidariedade Social, tais como as Misericórdias, Lares, etc., que podem acolher as pessoas através de protocolos entre o Hospital e essas Instituições no sentido de se evitar que camas do Hospital sejam ocupadas.

O Sr. António Filipe interveio dizendo que tem vindo a ser referido, na Comunicação Social, que o Hospital da Amadora-Sintra será a primeira experiência de gestão privada, pelo que pergunta se na realidade é verdade e se já existe Caderno de Encargos e por fim perguntou como é que a empresa que poderá ficar com a gestão do Hospital o poderá rentabilizar e qual é o estatuto do pessoal do Hospital, nomeadamente os 600 e tal enfermeiros e os 200 e tal médicos.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que a rentabilização do Hospital implica três vertentes, sendo a vertente financeira, a vertente de recursos técnicos e a vertente de recursos humanos e que muitas vezes a gestão dos Hospitais falha, devido a não haver uma articulação correcta entre estas três vertentes, pelo que uma gestão que rentabilize todas estas vertentes pode fazer com que o Hospital e determinados sectores, se torne rentável; que a gestão privada do Hospital, dizendo que na eventual gestão privada é evidente que determinadas valências podem ser exploradas até à exaustão e podem ser um grande rendimento do Hospital e que há outras que se sabe à partida, como a urgência, os cuidados intensivos, que obviamente não vão ser economicamente rentáveis, o que significa uma sobrecarga financeira para a gestão do Hospital; que o Hospital dificilmente será rentável em termos económico-financeiros, pelo que se julga que isso iria pesar muito na decisão final deste problema da eventual gestão privada e por fim sobre o estatuto do pessoal, dizendo que a legislação permite várias formas de afastamento temporário dos funcionários para a iniciativa privada, o que poderia, eventualmente, ser uma forma de se conseguir os quadros para pôr este Hospital a funcionar.

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se isto será definido antes da abertura do Hospital ou só depois do Hospital estar em funcionamento, tendo-lhe sido respondido que as informações que tem é que o processo de abertura do Hospital decorrerá normalmente para que esteja a funcionar este ano e também que tem já os seus quadros definidos, pois já começou a admitir pessoal e já tem os concursos feitos para a aquisição de todos os consumíveis do Hospital.

A Sra. Maria Luisa Jubilado interveio para perguntar se conseguiu contratar técnicos de qualidade, não só na vertente técnica, mas também na humana e por fim perguntou se o Hospital estará em condições de funcionar no fim deste ano, isto devido à polémica que se tem levantado por causa dos acessos.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que o problema da humanização dos Hospitais é um problema muito importante, apesar de o problema fundamental ser o problema técnico e assistencial e que está atento a este problema pois fala-se na humanização para com os utentes mas que se esquecem dessa humanização para com os funcionários que lá trabalham e ainda que vai haver uma preocupação especial na selecção do pessoal para que o Hospital funcione bem e num clima em que as pessoas se sintam bem a trabalhar e que todos os funcionários têm fardas para serem distintos, isto é, estão referenciados de maneira que os doentes os possam identificar, isto é, não será possível confundir uma Assistente Social com uma enfermeira ou um maqueiro com um médico e por fim sobre o problema dos acessos, dizendo que, ontem, por despacho do Sr. Secretário de Estado da Saúde, foi reaberto o processo dos acessos ao Hospital e que o viaduto que passa por cima da IC 19 vai demorar 4 meses a construir, o que leva a concluir que as obras estarão prontas em meados do mês de Novembro.

O Sr. Tremoço de Brito interveio para dizer que ficou bastante preocupado com a exposição que foi feita porque se chega à conclusão, após ouvir o Sr. Secretário de Estado a afirmar na TV que se apontava para a gestão privada do Hospital, pelo que não sabe como vai funcionar.

O Sr. Prof. Rafael Ferreira disse que não ouviu as declarações do Sr. Secretário de Estado, mas que está convencido que ele não disse nada contra aquilo que foi exposto e julga que o que é fundamental é ter um Hospital integrado no Serviço Nacional de Saúde que preste, nas mesmas condições em que é assistido qualquer utente do Serviço Nacional de Saúde e também que a entidade que assumir a gestão hospitalar terá que fazer bem as contas a ver se dessa gestão se retira ou não dividendos e que tem de cumprir o que está previsto, isto é, têm de se articular com os Centros de Saúde, pelo que não vê incompatibilidade com o princípio da privatização e a intervenção do Hospital no Serviço Nacional de Saúde e que agora depende de como o Caderno de Encargos está elaborado pois não o conhece.

O Sr. José Pedro Félix interveio para falar sobre as urgências, dizendo que se só há 47 camas, perguntando se se vai verificar o que se verifica nos outros Hospitais, ou seja, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

corredores repletos de macas e por fim sobre a toxicodependência, dizendo que em toda a exposição não ouviu falar que seja instalado um gabinete de apoio, pelo que pergunta se estará previsto ou não.

O Sr. Rafael Ferreira respondeu-lhe, dizendo que o problema da urgência é um problema muito especial num Hospital, pois 70% dos doentes que acorrem ao Hospital, em termos médicos não são doentes urgentes, o que quer dizer que o bom funcionamento das urgências implica um relacionamento muito correcto e um aperfeiçoamento de integração entre os Centros de Saúde e o Hospital e ainda que todos os aspectos que aqui foram ditos vão ser objecto de divulgação na Comunicação Social, em panfletos distribuídos à saída dos comboios e dos autocarros para que as pessoas estejam informadas, correctamente, da maneira como o Hospital funciona e a forma correcta como devem procurar o Hospital; o problema da toxicodependência, dizendo que vai haver no Hospital um Serviço de Psiquiatria muito importante, pois vai ter 27 camas de internamento onde os toxicodependentes serão a maioria dos assistidos. De seguida aproveitou para fazer um comentário final, dizendo que gostou muito de estar aqui, que há muito tempo que desejava vir a esta Assembleia, que terá muito gosto em voltar, que sempre que acharem oportuno voltar, voltará, que é importantíssimo dar as devidas explicações, que tanto ele como os seus colegas do Hospital têm muito gosto em voltar a estar com a Assembleia e por fim que o Hospital não é uma instituição fechada.

Após estas intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia voltou a agradecer a presença do Sr. Prof. Rafael Ferreira e por fim deu a Sessão por encerrada às 23.45 horas.

Manoel de Jesus
Rafael Ferreira
Figueira